

Estudo Técnico Preliminar nº 2024.02.08.01

Processo Administrativo nº 2024.02.08.01

Art. 6º do Decreto Municipal nº 54/2023 e Art. 18, §1º da Lei 14.133/2021
UASG 981547

1. Informações Básicas

Local: São Benedito/CE

Data: 08 de fevereiro de 2024

2. Descrição da necessidade da contratação

2.1. Garantir o acesso à educação, é um dos objetivos do Governo Municipal de São Benedito. Para atingir esse objetivo são necessários materiais, profissionais, equipamentos e estrutura física de boa qualidade em bom estado de conservação.

2.2. Avaliando a situação dos prédios públicos onde funcionam as escolas municipais, verificou-se a necessidade de melhorias através de reformas e até mesmo ampliação de alguns prédios visando proporcionar um ambiente agradável e propício às funções educacionais.

2.3. Desta forma, foi verificada a necessidade de reforma da EMEB Argemiro Rodrigues de Lima, localizada no Sítio Carnaúba I, tendo em vista que as condições atuais do prédio estão precárias não aptas ao atendimento de seus objetivos, sendo então repassado esse problema ao setor técnico do município para estudo e elaboração de soluções para que o prédio possa estar em condições de atender à população daquela localidade.

2.4. A referida escola além de atender às atividades de ensino também tem outras utilizações para a comunidade, como por exemplo, atendimentos de saúde, reuniões de grupos educacionais e da agricultura familiar, trazendo benefícios para a moradores locais e de localidades circunvizinhas. Na escola já funciona o colégio eleitoral da comunidade, porém com o fechamento de outro colégio, houve um aumento no número de seções, sendo necessária a adaptação do prédio.

2.5. Dentre as principais demandas que evidenciam a necessidade de reforma, destaca-se a infraestrutura física, que demonstra sinais de envelhecimento, tais como fissuras em paredes, desgaste em pisos e coberturas, além de instalações elétricas e hidráulicas obsoletas. Esses problemas não apenas comprometem a segurança e a integridade do prédio, mas também impactam diretamente o bem-estar dos estudantes, professores e demais profissionais envolvidos.

3. Área requisitante



3.1. Secretaria de Educação / Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar – Portaria nº 031/2024

4. Requisitos da contratação

- 4.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, tendo em vista que seu padrão de qualidade atende restritamente as características técnicas e funcionais de suas necessidades essenciais, conforme §1º do art. 248 do Decreto Municipal nº 54/2023.
- 4.2. O objeto desta contratação é classificado com obra de engenharia, sendo uma reforma, tendo em vista ser uma atividade que implicará em intervenção no meio ambiente que resulte em inovação do espaço físico ou então substancial alteração das características originais do bem imóvel, cuja modalidade licitatória a ser utilizada é a Concorrência.
- 4.3. Todos trabalhos relacionados a execução da obra/serviços deverão ser executados por empresa especializada na área de engenharia e construção civil, devidamente regulamentada e registrada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e demais documentos balizadores do objeto contratado.
- 4.4. Todos os materiais, mão de obra e equipamentos usados na execução dos serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade, durabilidade e segurança. Além de estarem em conformidade com os requisitos de acessibilidade universal e sustentabilidade.
- 4.5. O regime de execução a ser adotado é a empreitada por preço unitário, tendo em vista que o objeto a ser contratado no caso presente caso de uma reforma de prédio público, é caracterizado por grau maior de imprecisão, especialmente em seus quantitativos, sujeitos a variações por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento.
- 4.6. O modo de disputa a ser adotado é o aberto onde a proposta do licitante ficará em sigilo até a abertura da licitação. Já o julgamento das propostas será por menor preço global, tendo em vista o não parcelamento do objeto.
- 4.7. A avaliação da exequibilidade e do sobrepreço considera não apenas o preço global da proposta, mas também seus preços unitários, conforme critério de aceitabilidade a ser fixado no edital, devendo contemplar todos os preços unitários da planilha orçamentária, afim de verificar a exequibilidade e o sobrepreço individualmente em relação a cada item.
- 4.8. Será permitida a participação de empresas consorciadas conforme Art.15 da Lei 14.133/21.
- 4.9. O prazo de execução da obra/serviços será determinado em cronograma físico financeiro a ser elaborado pelo setor de engenharia do município, podendo ser prorrogado, tendo em vista a contratação por escopo, sendo que quando a vigência contratual extrapolar o exercício financeiro, a contratação será possível se o objeto contiver produto previsto nas metas do Plano Plurianual (art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021), devendo haver a comprovação nos autos desse fato.

4.10. As exigências de garantia da contratação, vistoria, qualificação econômico-financeira, técnico-profissional e técnico-operacional dos licitantes estão descritas no item 6 deste estudo técnico.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento prévio permite que a Administração Pública conheça as opções disponíveis no mercado, avalie as melhores ofertas e tome decisões embasadas. Isso resulta em uma contratação mais eficiente e vantajosa para o poder público.

5.2. Foram analisadas diferentes fontes, inclusive contratações similares feitas por outros órgãos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.3. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para resolução do problema é a contratação de uma empresa especializada na área de engenharia e construção civil para atender as necessidades identificadas.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta envolve a **Contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia civil para a Obra de Reforma da EMEB Argemiro Rodrigues de Lima, localizada no Sítio Carnaúba I, Município de São Benedito/CE**, conforme Projeto Básico a ser elaborado pelo Setor de Engenharia do município e de acordo com os critérios estabelecidos.

6.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o baixo valor estimado da contratação, a baixa complexidade da obra/serviços, a ampliação da competitividade, e desoneração da contratação.

6.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

6.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, devendo a vistoria ser agendada junto à Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Município de São Benedito/CE.

6.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.8. As licitantes participantes deverão atender as seguintes exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

6.8.1. Qualificação econômico-financeira

6.8.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

6.8.1.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

6.8.1.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

6.8.1.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

6.8.1.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

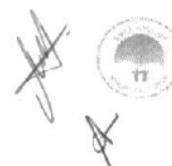
6.8.1.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.8.1.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.8.1.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

6.8.1.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.8.1.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado



mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

6.8.2. Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

6.8.2.1. A licitante deverá apresentar profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

6.8.2.1.1. Na documentação de que trata o **item 6.4.2.1**, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6.8.2.2. A licitante deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei 14.133/21.

6.8.2.2.1. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

6.8.2.2.2. Observado o disposto, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o subitem anterior, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

6.8.2.3. A licitante deverá fazer a indicação do pessoal técnico para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

6.8.2.4. Registro ou inscrição na entidade profissional competente: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da licitante.

6.8.2.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.8.2.6. Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos **itens 6.4.2.1. e 6.4.2.3.** deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

6.8.2.7. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do

consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

6.8.2.7.1. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

6.8.2.7.2. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

6.8.2.8. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

7. Estimativa de Quantidade para Contratação

7.1. A estimativa de quantidade para contratação da obra/serviços objeto deste estudo, será elaborada, pelo setor de engenharia do município, conforme memória de cálculo de quantitativo constante do projeto básico da obra/serviços.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. A estimativa do valor da contratação da obra/serviços objeto deste estudo, será elaborada, pelo setor de engenharia do município, conforme orçamento detalhado do custo global da obra/serviços, fundamentada em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados constante do projeto básico da obra/serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista técnico, considerando que unindo a contratação, o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única empresa.

9.2. Para execução de obras de construção não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento das demais

etapas, ocasionando atraso na entrega da obra.

9.3. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

9.4. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existem em andamento ou previstas contratações correlatas ou interdependentes, que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Em conformidade com o Art. 191 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, o Município de São Benedito optou por seguir o regime das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 até 31/12/2023. Por essa razão, não houve tempo suficiente para a elaboração do PCA para o exercício de 2024. O planejamento das Contratações está tomando como base a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A realização da licitação para a reforma do prédio escolar visa proporcionar benefícios expressivos. Através desse processo, pretende-se melhorar a estrutura e funcionalidade do espaço, gerando impactos positivos nas condições de uso, segurança e bem-estar dos usuários. Além disso, a referida obra oferece a oportunidade de incorporar inovações tecnológicas, adaptando o ambiente às necessidades contemporâneas e promovendo a inclusão através da acessibilidade.

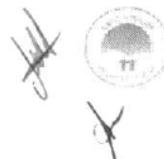
13. Providências a serem adotadas

13.1. Para atingir os objetivos pretendidos será necessário realizar o desenvolvimento de projetos contendo todas as necessidades e elementos indispensáveis para reforma da edificação.

13.2. Após conclusão da fase de projetos e estudos preliminares será dado início ao desenvolvimento das planilhas orçamentárias para formação da estimativa do custo para realizar a contratação e o planejamento da fase de licitação para contratação de uma empresa especializada em construção civil que seja capaz de atender todas as necessidades e particularidades da obra.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A empresa contratada deverá emitir junto a Secretaria de Meio Ambiente a licença



ambiental para realização da obra/serviços, conforme Lei Municipal nº 1.376/2022.

14.2. Todos os materiais advindos de demolição são de responsabilidade da empresa contratada, sendo que os mesmos devem ser retirados, descartados e/ou reaproveitados pela empresa contratada. O descarte deve ser ecológico e com baixo impacto ambiental.

14.3. A empresa deverá preservar a fauna e flora na execução dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

15.1. Os Responsáveis pelo planejamento declaram que a presente contratação é viável, pelo aspecto orçamentário-financeiro visando o planejamento estratégico da Secretaria de Educação na busca por bons resultados no desenvolvimento das políticas públicas da área da educação.

16. Responsável(is)

Audisnei Alcântara de Moraes

Audisnei Alcântara de Moraes

Supervisor de Licitação

Secretaria de Compras, Serv. e Licitações

Francisca Angélica Fonteles Araújo

Francisca Angélica Fonteles Araújo

Supervisora de Compras

Secretaria de Compras, Serv. e Licitações

JOAO BATISTA DE
SOUZA
JUNIOR:02032638398

Assinado de forma digital por
JOAO BATISTA DE SOUZA
JUNIOR:02032638398
Dados: 2024.02.08 11:54:23 -03'00'

João Batista de Souza Júnior

Engenheiro Civil

CREA 50399D CE